

OUTUBRO / 2017

INTERNACIONAL

EUROPA

A economia da zona do euro cresceu mais rápido do que o esperado, no terceiro trimestre e o desemprego caiu para a mínima de quase nove anos. De acordo com a agência Eurostat, o PIB dos dezenove países que compõe a região cresceu 0,6% no terceiro trimestre, em relação ao anterior e 2,5% na base anual.

Em setembro, conforme o informado também pela agência Eurostat, a taxa de desemprego na zona do euro caiu para 8,9%, a menor marca em quase nove anos. Era de 14,51 milhões de pessoas o contingente de desempregados.

A taxa de inflação, por sua vez, depois de ter se desacelerado para 1,3% em julho, voltou a acelerar em agosto, mês em que os preços ao consumidor subiram 1,5% em relação ao ano anterior e permaneceu no mesmo patamar em setembro. Em outubro voltou a recuar para 1,4%.

EUA

Conforme a primeira estimativa do Departamento de Comércio, o PIB americano no terceiro trimestre de 2017 subiu à taxa anual de 3,0%, contra 3,1% do trimestre anterior. O maior crescimento foi impulsionado pela continuidade dos gastos robustos dos consumidores, que cresceram 2,4% entre julho e setembro.

O mercado de trabalho, depois do fechamento de vagas em setembro, por conta dos furacões, voltou a contratar fortemente. Em outubro foram criadas 261 mil vagas de trabalho não agrícolas, embora a expectativa fosse de 310 mil. A taxa de desemprego, que era de 4,2% em setembro, caiu para 4,1% no mês seguinte.

Por outro lado, com a inflação ainda distante da meta de 2% ao ano, o FED decidiu na reunião realizada já no início de novembro, manter a taxa na faixa de 1% e 1,25% ao ano, mas com a forte indicação de alta em dezembro.

ÁSIA

Na China, o PIB do terceiro trimestre cresceu 6,8% e ruma para atingir a meta de crescimento fixada pelo governo em 6,9%. No Japão, os preços ao consumidor subiram em setembro pelo nono mês seguido, por conta da alta dos preços da energia.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,32% a.a. no final de setembro, terminaram outubro com um rendimento de 2,37% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico rendiam 1,33% a.a. Os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês com rendimento de 0,37%. Paralelamente, o dólar se valorizou 1,42% perante o euro e 1% perante o yen, por exemplo.

Já as bolsas internacionais tiveram em outubro, bons resultados novamente. Enquanto a bolsa alemã (Dax) subiu 3,12% no mês, a inglesa (FTSE 100) avançou 1,63%, a do Japão (Nikkei 225) 8,13%, enquanto a americana avançou (S&P 500) 2,22%, estabelecendo novos recordes.

No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent subiu no mês de outubro 6,65%, depois de ter registrado forte alta em setembro.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

O IBC-B, considerado prévia do PIB, apresentou queda de 0,38% em agosto, na comparação com julho, mas cresceu 1,64% na base anual. O resultado foi pior que o esperado pelos analistas. Já em setembro, a produção industrial cresceu 2,6%, frente ao mesmo mês do ano anterior, graças ao bom desempenho do setor de bens duráveis.

Já a taxa de desemprego, que era de 12,6% no trimestre encerrado em agosto, recuou para 12,4% no trimestre encerrado em setembro, com 13 milhões de pessoas sem trabalho. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.115,00 no final do trimestre.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 21,3 bilhões em setembro. No ano o déficit primário acumulou R\$ 82,1 bilhões e em doze meses R\$ 152,4 bilhões (2,35% do PIB).

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 415,1 bilhões (6,40% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 567,5 bilhões (8,75% do PIB), também em doze meses.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em janeiro R\$ 4,79 trilhões (73,9% do PIB).

INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), aumentou, de setembro para outubro de 0,16% para 0,42%, conta dos preços da energia mais elevados.

Em doze meses, a alta acumulada foi de 2,70%, bem abaixo do piso da meta que é 3% e no ano, de 2,21%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,37% em outubro passando a acumular uma alta de 1,62% no ano e de 1,83% em doze meses.

JUROS

Na reunião realizada já no final de outubro, o Copom, por unanimidade, decidiu reduzir a taxa Selic de 8,25% para 7,50% aa, a nona redução da taxa seguida. No comunicado após a reunião, o comitê afirmou que via, naquele momento, como adequada uma redução moderada na magnitude de flexibilização monetária.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de outubro cotada em R\$ 3,2769, com uma valorização de 3,44% no mês.

Em setembro, as transações correntes, apresentaram superávit de US\$ 434 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 12,6 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 6,3 bilhões no mês, as reservas internacionais terminaram agosto em US\$ 381,2 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 320,7 bilhões.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em outubro de 2017 um superávit de US\$ 5,20 bilhões, o maior superávit para o mês desde o início da série histórica e acumula no ano um saldo de US\$ 58,4 bilhões, recorde para o período.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de setembro acabou sendo o do IDkA2 (IPCA), com alta de 0,80%, seguido do IMA-B 5 com alta de 0,48% e do IRF-M Total, com 0,10%. Em doze meses, o melhor desempenho foi o do IRF-M 1+ com alta de 17,86%, seguido do IDkA 20 (IPCA) com alta de 16,89% e do IRF-M Total, com alta de 16,35%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, a alta no mês foi de 0,02% e agora acumula no ano uma alta de 23,38% e de 17,34% em doze meses. O índice encerrou o mês em 74.308 pontos.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

Com as economias europeias e a do Japão em franca melhora, com a da China no caminho para atingir a meta fixada pelo governo e com a americana mostrando cada vez mais força, principalmente no seu mercado de trabalho, é de imaginar que em algum momento não muito distante a inflação volte a surgir com mais força, o que exigiria uma política monetária mais restritiva por parte dos grandes bancos centrais. A velocidade desse ajuste, que por enquanto imaginamos que deva ser moderada, é que ditará o comportamento dos mercados emergentes, incluído o Brasil, com esse processo.

MERCADO NACIONAL

No mercado local, as atenções em novembro estarão voltadas para o andamento da reforma da previdência, que irá precisar de ao menos 308 votos para ser aprovada e para a evolução da inflação, depois de maiores pressões nos preços vindas da energia.

Quanto às aplicações financeiras dos RPPS, é importante destacarmos que o nosso Comitê de Investimento, por conta dos ganhos já obtidos com os investimentos em fundos e títulos de prazo mais longo, com as dificuldades na continuação da aprovação das reformas econômicas, bem como com a edição da Resolução 4.604, de 19 de outubro último, decidiu apresentar nova sugestão de alocação dos recursos financeiros.

Assim, também por força da diversificação de carteira, passamos a recomendar uma redução na exposição ao vértice de longo prazo, representado pelo IMA-B Total para 15%. E passamos a considerar de 10%, a exposição em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a maior atenção.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) a nossa recomendação passa a ser de uma exposição de 15%. Já para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação sugerida é de 30%. Lembramos que para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 4.604/2017, o percentual máximo de alocação em fundos DI passa a ser de 40%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos.

Quanto à renda variável, continuamos a recomendar a exposição máxima de 30%, por conta da crescente melhoria das expectativas com a atividade econômica no próximo ano, que deverá refletir em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores. Assim, já incluídas as alocações em fundos multimercado (10%) que com a nova resolução ficaram maiores, continua a mesma em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), sendo que a alocação em ações, com o novo perfil dos fundos multimercado passou a ser de 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	70%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	15%
Gestão do Duration	10%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2A)	15%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	30%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	10%
Multimercados	10%
Fundos em Participações	5%
Fundos Imobiliários	5%